

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 09.06.2026

Impulsionar a modernização industrial de Macau através da "economia verde"

O desenvolvimento da economia verde é uma tendência nacional para um crescimento de alta qualidade, e também uma medida fundamental para as regiões cultivarem novos pontos de crescimento e reforçarem a sua competitividade. Macau, por apresentar uma base reduzida de emissões de carbono, tem condições para se tornar numa zona pioneira e exemplar no cumprimento dos objectivos de dupla neutralidade carbónica, potenciando o seu papel de plataforma sino-lusa e a sua indústria financeira, revelando um potencial notável no desenvolvimento da economia verde.

Contudo, actualmente o desenvolvimento verde em Macau ainda é encarado apenas no âmbito tradicional da protecção ambiental, com enfoque na gestão final de resíduos e em subsídios ambientais generalizados, não conseguindo aproveitar plenamente as suas vantagens de baixo carbono, nem transformá-las em capacidade económica concreta.

Partindo da estruturação do 15.º Plano Quinquenal do País, da posição de plataforma sino-portuguesa e das oportunidades de desenvolvimento integrado da Grande Baía, Macau precisa urgentemente de ultrapassar barreiras mentais, integrando profundamente a economia verde com as "finanças especializadas" e o "comércio integrado", transformando o mero trabalho ambiental em dinamismo económico concreto capaz de atrair investimentos e financiamento, impulsionar a diversificação industrial, e conquistar maiores oportunidades de desenvolvimento na cooperação económica, comercial internacional e regional.

Neste sentido, sugiro o seguinte:

1. Romper barreiras políticas entre serviços públicos e estabelecer um mecanismo de desenvolvimento e um sistema de avaliação centrado na eficácia prática. Em Macau, a promoção do desenvolvimento industrial e as tarefas de protecção ambiental carecem de coordenação integrada, o que limita a eficácia concreta das políticas implementadas. Sugere-se, por isso, criar um mecanismo interdepartamental de coordenação de alto nível, para promover uma integração profunda entre o desenvolvimento industrial e a protecção ecológica. Aquando da assinatura de memorandos de entendimento (MOU), devem ser incluídos indicadores quantificáveis de avaliação, tomando como referência a dimensão do capital verde efectivamente implementado, o número de instituições de tecnologia verde e de entidades ESG estabelecidas, bem como o incremento real dos activos verdes, para assegurar a concretização e a eficácia das diversas políticas verdes.

2. Elevar os padrões do mercado ecológico e contribuir para a exportação comercial dos produtos de baixo carbono e comércio verde do país. Um sistema de protecção ambiental de alto padrão e um ambiente económico e comercial aberto ao exterior são vantagens para atrair negócios e captar investimento, impulsionar a transformação e a modernização do comércio. Sugiro ao Governo que eleve os padrões para a aquisição de produtos e serviços

verdes nos serviços públicos e na indústria de serviços modernos, os articule plenamente com as regras do comércio verde a nível internacional, apoie os produtos e tecnologias de baixo carbono do Interior da China a entrarem no sistema internacional de certificação verde, explore com sucesso os mercados dos Países Lusófonos e contribua para a exportação das indústrias verdes do País.

3. Alargar as finanças com características próprias, atraindo fundos verdes com padrões internacionais. Em Macau, as finanças verdes ainda se centram na emissão de obrigações. O Governo deve actuar em duas frentes: por um lado, diversificar os produtos financeiros verdes, posicionar-se no “Mercado Voluntário de Carbono Internacional” (VCM) e criar um mecanismo de gestão de activos de carbono alinhado com as normas internacionais; por outro lado, aproveitar a vantagem de Macau na articulação das suas normas financeiras com os padrões internacionais para atrair investimento estrangeiro, incentivando empresas internacionais e sino-lusófonas a criarem em Macau “fundos verdes” ou “fundos climáticos”. Deve ainda aperfeiçoar-se o enquadramento profissional, nomeadamente na divulgação de informações ESG e na verificação por terceiros, promovendo um desenvolvimento diferenciado face aos centros financeiros vizinhos.